

Brasil

Pragmatismo e liderança

Alfredo Valladão*

Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu surpreender amigos e inimigos, os mercados financeiros, os países vizinhos e até o seu próprio partido. O novo presidente realizou a façanha de formar uma equipa governamental aplaudida de maneira unânime e, ao projectar uma imagem de seriedade, inaugurar um activismo inédito no campo da política exterior.

Para ganhar o pleito presidencial, Lula precisava convencer os mercados da sua conversão aos princípios da gestão macroeconómica responsável e já havia dado uma série de garantias verbais durante a campanha. Faltava só montar um ministério condizente com as boas intenções, um exercício nada fácil, dada a necessidade de contentar o largo espectro político que lhe serve de base de apoio, da esquerda radical aos empresários exportadores, dos anti-globalistas aos partidários da integração voluntária do Brasil na economia mundial. O exercício era crucial já que iria definir o comportamento dos mercados financeiros e portanto determinar as condições do começo do mandato: um país falido ou não. O resultado foi uma alquimia que não deixa dúvidas quanto ao pragmatismo do novo presidente.

A grande estrela da nova equipe é, sem dúvida, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ex-trotskista, hoje expoente da ala menos ideológica do PT e comprometido com a "cultura de governo". De saída, Palocci demonstrou um pulso firme que não deve nada ao seu antecessor Pedro Malan, afirmando que não pode haver política social sem uma gestão macroeconómica saudável. O ministro se comprometeu publicamente a ser intransigente no combate à inflação, e a manter – e até aumentar, se for necessário – o superavit primário nas contas públicas negociado com o FMI. Contra o mau humor de parte do seu próprio partido, ele aceitou a nomeação de Henrique Meirelles, antigo director mundial do BankBoston e membro do partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, para a presidência do Banco Central e declarou-se favorável à autonomia operacional do BC. Além disso, respondeu com um sonoro "não" aos pedidos de socorro financeiro de vários go-

Lula declarou abertamente que estava na hora de o Brasil "desabrochar" para o papel de líder regional e assumir a sua "grandeza" no âmbito mundial.

vernadores de Estados individualizados e anunciou que o governo estava disposto a acelerar as reformas essenciais, particularmente a da previdência social, o que significa enfrentar directamente os interesses corporativistas do funcionalismo público, um dos principais apoios políticos do PT. Esse *show* de ortodoxia na política económica teve impactos positivos imediatos: o real valorizou-se frente ao dólar de maneira espectacular, a taxa do "risco Brasil" vem rolando ladeira abaixo nos mercados financeiros, os investimentos estrangeiros e as linhas de crédito internacionais estão voltando pouco a pouco. Nada mau para quatro semanas de governo.

Este "efeito Palocci" também foi reforçado pela atribuição de outros ministérios-chaves a personalidades extremamente competentes, sem vínculos ao PT. Os empresários Luiz Fernando Furlan no Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Roberto Rodrigues na Agricultura, não são só representantes dos sectores mais modernos e activos do empresariado nacional, mas são também dois experientes negociadores na área do comércio internacional e favoráveis à inserção negociada do Brasil nos diversos acordos de livre-comércio actualmente em discussão (Mercosul-União Europeia, Área de Livre-Comércio das Américas e o *Doha Round* da Organização Mundial do Comércio). Junto com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, um brilhante diplomata profissional, eles compõem o núcleo central de formulação da política comercial internacional que representa hoje o eixo principal da política exterior brasileira.

O moto do novo governo, por enquanto, é que o presidente não é nenhum messias e que não há avanços sociais possíveis sem estabilidade macroeconómica e sem a aprovação das grandes reformas que o governo anterior não conseguiu implementar – reformas tributária, da previdência, política e

* Investigador associado, IEEI

trabalhista – em grande parte, aliás, por causa da obstrução do próprio PT. A questão é saber quanto tempo os partidários da ruptura com o “sistema” vão esperar para começar a pressionar o novo governo, tanto no Congresso quanto nas ruas.

Paradoxalmente, foi no domínio da política exterior que Lula avançou de maneira mais activa e original. A filosofia do novo presidente representa uma verdadeira mini-revolução com relação à tradição da diplomacia brasileira, baseada numa extrema prudência, no respeito absoluto do princípio de não-intervenção e numa atitude de conciliação e mediação permanente, evitando se envolver nas grandes controvérsias internacionais. Lula, ao contrário, declarou abertamente que estava na hora de o Brasil “desabrochar” para o papel de líder regional e assumir a sua “grandeza” no âmbito mundial, tanto em termos comerciais, como políticos e de segurança.

A grande novidade, sem dúvida, é a tentativa de ter um papel de liderança com o objectivo de federar os interesses da América do Sul. Já na campanha presidencial, Lula havia proclamado que a construção e aprofundamento do Mercosul seria a sua prioridade na política exterior. E esta promessa foi mantida com quatro encontros em dois meses com o presidente argentino Duhalde e com a apresentação de uma nova agenda com temas como o reforço da Secretária técnica do Mercosul e do Fórum Económico e Social, a ideia de um Parlamento comum e da livre circulação de pessoas, e sobretudo a declaração – que rompe com a prática do governo anterior – de que o Brasil teria que se mostrar muito mais “generoso” com os seus sócios mercosulinos em termos comerciais, económicos, institucionais e das regras comuns. Claramente, o governo Lula está muito mais aberto a eventuais partilhas de soberania, mais próximas ao modelo europeu.

A iniciativa mais espectacular foi a tentativa de ter um papel central na crise venezuelana. A ideia de criar um Grupo de Amigos da Venezuela para servir de mediador entre o presidente Hugo Chávez e a oposição, partia da análise de que a possibilidade de uma guerra civil no país vizinho, e ainda por cima um dos principais produtores de petróleo do planeta, poderia ter repercussões profundamente negativas para o Brasil. A iniciativa começou por desagradar aos EUA, que consideraram que a venda de petróleo brasileiro para compensar os efeitos da greve na companhia petrolífera venezuelana e a ideia de integrar a Rússia e a França no Grupo de Amigos era uma maneira de esvaziar a mediação do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos. A divergência americano-brasileira acabou sendo superada com um Grupo de Amigos “para” a Venezuela, mais equilibrado, com países mais próximos da oposição (EUA, Espanha), de Chávez (Brasil e México) e “neutros” (Chile e Portugal). Ainda não se sabe se

esta jogada diplomática brasileira *sui generis* será um sucesso ou um fracasso. Mas uma coisa é certa: o presidente Lula quer acordar o gigante adormecido da política internacional e isso significa alguns trambolhões e percalços pelo caminho e a capacidade de aceitar os contra-golpes de uma atitude mais assertiva. A aprendizagem da responsabilidade e liderança internacionais não vai ser nem sem dor, nem sem custos. ■



Prioridades de acção do programa de governo de Lula

Crescimento, emprego e inclusão social

- Desenvolvimento de programas sociais prioritários, com especial ênfase ao combate à fome, através do projecto *Fome Zero*;
- Aumento da produtividade e diminuição do desemprego;
- Aumentar o investimento em educação e cultura, para fortalecer a coesão social no país.

Integração Regional e Negociação Global

- Aprofundar e fortalecer o Mercado Comum do Sul (Mercosul), as relações político-económicas com os países vizinhos do cone sul e da América Latina em geral;
- Política externa multilateral e coerente que permita ao Brasil superar a vulnerabilidade do país perante a instabilidade dos mercados financeiros globais;

Programa de reformas institucionais e políticas

- Reforma do regime tributário, para incentivar a produção e a exportação;
- Reforma da segurança social, com o objectivo de criar um sistema básico universal, público, compulsório, para os trabalhadores brasileiros, dos sectores público e privado;
- Realizar a reforma agrária no Brasil, de forma a contribuir decisivamente para a construção da Nação e o fortalecimento da democracia.
- Reforma da legislação do trabalho, através de um activo diálogo com os sindicatos, procurando a diminuição do desemprego nos jovens;
- Reforma do sistema político brasileiro, visando uma efectiva extensão da cidadania, fortalecimento do espaço público e um maior controle social do Estado pelos cidadãos.